

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS-ICHS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

***Gêneros Literários e Formas do Saber na
Universidade de Paris do Século XIII***

**Sávio Laet de Barros Campos
Cuiabá, 2010.**

Sávio Laet de Barros Campos

***Gêneros Literários e Formas do Saber na
Universidade de Paris do Século XIII***

*Trabalho da disciplina Questões
Filosóficas III, da Profª. Maria Cristina
Theobaldo do Curso de Especialização em
Filosofia da Universidade Federal de Mato
Grosso*

Cuiabá, 2010

1. Introdução

O assunto do qual nos ocupamos neste trabalho versa acerca dos gêneros literários e formas do ensino que vigoraram no século XIII, sobretudo na Universidade de Paris. A finalidade precípua do nosso texto é conseguir discriminar, de forma sucinta, quais foram estas formas do saber e os gêneros literários vigentes na Universidade de Paris no século XIII. Com isso, objetivamos entender um pouco melhor a literatura conducente à filosofia produzida neste período, a fim de nos abirmos à reta compreensão das críticas que esta filosofia, e as demais formas de saber desenvolvidas no período, irão sofrer por parte dos pensadores que viverão no interstício entre a Idade Média e a Idade Moderna, que comumente chamamos de Renascimento.

Com o fito de desenvolvermos esta empresa, vamos proceder da seguinte forma. Consentâneo a alguns historiadores da educação medieval, dividiremos o interregno de quase mil anos que separa a antiguidade pagã da renascença do século XIV e que chamamos de período medieval, em quatro fases: da queda do Império Romano, no século V, até o reinado de Carlos Magno, no final do século VIII; do final do reinado de Carlos Magno, até a primeira renascença do século XII; do começo do século XIII até o final deste; finalmente, da decadência da Escolástica no século XIV até o início do humanismo renascentista.

No decorrer do texto, arrolaremos algumas características de cada fase, máxime as do século XIII. Na verdade, das demais fases faremos apenas um arrazoado geral, breve intróito que servirá mais para adentrarmos no século que nos interessa: o século XIII. Mormente no que diz respeito ao quarto período, faremos somente uma rápida alusão na conclusão do texto. Além disso, coligiremos alguns aspectos concernentes ao nascimento das universidades, enfocando, sobretudo, o que atende à Universidade de Paris. Apontaremos, ademais, os paradigmas filosóficos e teológicos que eram predominantes nela. Fá-lo-emos de forma concisa. Em seguida, perquiriremos, acerca das universidades, sempre com ênfase maior na Universidade de Paris: o que liam e ensinavam (as faculdades) e como ensinavam e produziam, sobretudo com relação à filosofia e à teologia. De resto, aduziremos algumas considerações atinentes à concepção de formação universitária que era adotada em Paris no século XIII. Por fim, ao abordarmos a questão da formação, cuidaremos de verificar quem ensinava e quem aprendia no ambiente universitário. Feito isso, teremos o ensejo de concluir o nosso trâmite. Passemos à análise crítica da bibliografia a ser utilizada.

2. Contextualização Crítica

Para maior exatidão e brevidade, iremos distinguir as *fontes* das quais nos valem na *bibliografia*. Adotamos o termo “fontes” na seguinte acepção: os textos e autores clássicos do período que nos auxiliam nesta indústria; por bibliografia, os comentadores e historiadores dos quais lançamos mão para justificarmos certas asserções.

A começar pelas fontes, são basicamente dois autores que utilizaremos: Alberto Magno e Tomás de Aquino. Os textos de Alberto que citamos, remetem-nos à obra *Filosofia Medieval: Textos* (2000), organizada por Luis Alberto De Boni, da PUCRS. A obra traz uma série de textos do período medieval, traduzidos para o vernáculo pelo Professor De Boni. Dentre estes textos, encontram-se alguns de Alberto Magno. As citações a Tomás de Aquino são um tanto avulsas, abrangendo uma série de opúsculos e comentários do Aquinate, compostos em momentos distintos da sua rica produção e carreira, e a cujas referências bibliográficas específicas faremos menção no corpo do texto.

No que toca aos comentadores e historiadores do período, teremos comércio mais íntimo com os seguintes: Henrique Cláudio de Lima Vaz, na sua clássica obra: *Raízes da Modernidade* (2002). Em textos redigidos entre 1997 e 2001, Lima Vaz enceta mostrar como algumas das ideias geratrizes do pensamento moderno já se encontravam – ainda que em estado latente – presentes no século XIII. Do mesmo autor, o clássico: *Escritos de Filosofia I: Problemas de Fronteira*, que reúne textos publicados entre 1963 e 1984 em torno de um tema comum: as incertas fronteiras que cercam e delimitam o espaço da filosofia do espaço da teologia. A nossa edição remonta ao ano de 2002.

Utilizamos também a celebrada obra de Étienne Gilson: *La Philosophie au Mon Âge. De Scot Érigène à Guillaume d’Occam* (1922), em sua versão modificada – *La Philosophie au Mon Âge. Dès Origines Patristiques à la Fin du XIV* – de 1944. No caso, a tradução que seguiremos será a brasileira, feita por Eduardo Brandão e lançada pela editora *Martins Fontes*, em 1995: *A Filosofia na Idade Média*. Ainda do mesmo autor, desta sorte em parceria com Philotheus Boehner, a não menos apreciada: *História da Filosofia Cristã. Desde as Origens até Nicolau de Cusa* (1951) —, trazida ao vernáculo pelo Prof. Raimundo Vier, em 1970, a partir da edição alemã: *Christliche Philosophie – von ihren Anfaengen bis Nikolaus von Cues* (1952 a 1954).

Vale citar ainda, como referências obrigatórias que foram deste ensaio: *La Philosophie Médiévale* (1989), de Alain De Libera, na sua tradução brasileira, autorizada da primeira edição francesa; também do mesmo autor e com o mesmo nome, *La Philosophie Médiévale* (1993) tem tradução para o português de Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva, em edição de 2004 pelas edições Loyola. É a mais atualizada história da filosofia medieval em português. Indicamos ainda *Storia della filosofia – Volume II: Patristica e Scolastica*, do historiador da filosofia Giovanni Reale, com tradução brasileira por Ivo Storniolo, lançada pela *Paulus* em 2003. Por fim, permanece como referência a toda abordagem sobre a história da educação medieval no Brasil, a célebre obra do Professor da FEUSP, Ruy Afonso da Costa Nunes: *História da Educação na Idade Média*.

Passemos à análise do nosso objeto de estudo.

3. Desenvolvimento

Do ponto de vista da educação, podemos dividir a “Idade Média” em quatro fases.¹

3.1. Primeira fase

A primeira fase compreende o período que abarca: da queda do Império Romano, Século V, até o reinado de Carlos Magno, final do século VIII. Este período foi marcado pelo *fechamento das escolas da antiguidade tardia*, bem como pelo nascimento do *monaquismo*. Coube aos monges – no ambiente recolhido dos mosteiros – conservar e transmitir aos *povos germânicos cristianizados a cultura da antiguidade pagã*. Note-se que, nesta primeira fase, a função preponderante dos monges era não deixar a cultura antiga desaparecer. Destarte, tornaram-se escribas ou escritores (*scriptor*): *faziam cópias das obras clássicas, sem nada lhes modificar*.²

3.2. Segunda fase

A segunda fase compreende o período que vai do reinado de Carlos Magno, século VIII, até a primeira renascença do século XII. Com o fim das invasões bárbaras, dá-se início a um tempo de profundas mudanças: tanto na vida civil quanto no âmbito eclesiástico. Dentre outras coisas, há o crescimento da população, o desenvolvimento econômico e a organização dos feudos. Houve também significativas mudanças na política da Igreja. É a época das grandes cruzadas e das investiduras.³

¹ Para adotarmos tal divisão e coligirmos as características de cada uma dessas fases, seguimos de perto: NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. Disponível em: <<http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/sine>> Acesso em: 09/05/2010.

² GILSON, Étienne. **A Filosofia na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 627.

Nos séculos seguintes – máxime no século XII –, com o gradativo crescimento da *vida urbana*, ocorre também um verdadeiro renascimento da *cultura vetusta*, que começa a sair dos mosteiros para circular na *civitas* nascente. Surge, pois, a necessidade de se criarem, para além das chamadas *escolas monacais* (anexas a uma abadia), outros redutos onde o saber poderia ser ministrado. Nascem desta forma as *escolas episcopais* (anexas a uma catedral) e as *escolas palatinas* (anexas à corte), para atenderem às nascentes *populações urbanas*.

Neste período, a fim de transmitir a cultura ao povo, aparece também a figura do *compilador (compiler)*, que, de acordo com o tema a ser ministrado, *compila* as principais sentenças dos filósofos e teólogos de antanho. Aparece, além disso, o *comentador (commentator)*, que começa a acrescentar aos textos compilados algumas precisões. Estas explicações atinham-se somente ao estritamente necessário para que o texto pudesse ser compreendido.⁴ Na verdade, na primeira metade do século XII, o trabalho do comentador resumia-se em produzir *glosas (glosae)*, sempre obedecendo, de forma rigorosa, à ordem de leitura imposta pelo próprio texto. Já na segunda metade do mesmo século, introduziam-se nos comentários, fundidas ao texto de leitura, as “paráfrases” de tipo aviceniano.⁵ Com o “advento” da entrada das obras de Averróis, a segunda metade do século XIII conhecerá outras formas mais sofisticadas de comentários ao texto, às quais a paráfrase, gradativamente, vai cedendo lugar.⁶

Neste período nasciam ainda as *Sentenças*, que eram compilações de *textos escriturísticos e patrísticos*, mormente os de Santo Agostinho. A mais famosa delas, e que será muito comentada nos séculos seguintes, são os quatro *Livros das Sentenças (Libri quattuor sententiarum)* de Pedro Lombardo.⁷

³ Para uma descrição alternativa desta fase e também das outras, *vide*: REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. 2ª ed. Trad. Ivo Storniolo. Rev. Zolferino Tonon. São Paulo: Paulus, 2004. p. 120.

⁴ GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 627.

⁵ LIBERA, Alain De. **A Filosofia Medieval**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 25.

⁶ *Idem. Op. Cit.* pp. 25 e 26.

⁷ REALE, ANTISERI. *Op. Cit.* p. 183.

3.3. Terceira fase

A terceira fase é, sem nenhum favor, um dos períodos de maior efervescência intelectual da história humana. Estamos na era de ouro da Escolástica, que perdura ao longo de todo o decorrer do século XIII. Nela surgem as universidades e, com elas, as novas sínteses do saber, consignadas, destarte, nas *sumas*. Neste momento, também a doutrina escolástica é consolidada. Além disso, concomitantemente à conturbada recepção das obras de Aristóteles no Ocidente cristão, um novo modo de ensinar nasce e se desenvolve, máxime com o nascimento das universidades.

3.3.1. As universidades no século XIII

Por isso, sobre este momento, mister é nos determos com maior minudência. Acerca da universidade (*universitas*), importa, antes de qualquer coisa, dizer que não se deve imaginá-la como um *centro de estudo*, mas como uma “associação” ou um “colégio” de alunos e professores, espiritualmente comprometidos com o conhecimento e que se encontravam em diversos pontos da cidade, frequentando, não sem entreveros e tergiversações quanto as suas posições, as diversas áreas do saber.⁸ Portanto, a *universitas* nasce como uma *união corporativa de estudantes e mestres*, que era, a princípio, presidida por um *Chanceler*. Este Chanceler, além de conferir os *graus acadêmicos*, apresentava-se como sendo o *legítimo representante do poder eclesiástico*. Entretanto, no próprio decurso do século XIII, estes agrupamentos de estudantes e professores foram crescendo e organizando-se cada vez mais, primeiramente na faculdade de *Artes*. Destarte, a liderança destes agrupamentos passou a ser confiada a um *Reitor*, que, pouco a pouco, tornou-se responsável por todas as atribuições do *Chanceler*.⁹

Sendo assim, o nome “universitas” não se devia tanto ao fato de nela haver aquela aspiração à “universalidade do saber”; tampouco a uma pretensa *unidade do saber*, haja vista

⁸ GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 483; BOEHNER, Philotheus, GILSON, Étienne. **História Da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Rio de Janeiro: VOZES, 2000. p. 355.

⁹ *Idem. Ibidem*. pp. 355 e 356.

que, nas suas origens, a universidade era um lugar de constantes celeumas e querelas entre ao menos duas visões antagônicas: havia os que queriam transformá-la num centro de estudos puramente científico e autônomo e os que insistiam em preservá-la subordinada a uma finalidade religiosa, notadamente controlada pela política papal.¹⁰ Na verdade, o nome “universitas” devia-se ao fato de nela encontrarem-se estudantes provindos de todas as partes com um mesmo objetivo: a *conquista do conhecimento*.

Aliás, uma das características mais notáveis e inovadoras das universidades, sobremaneira na universidade parisiense, era a abertura que ela proporcionava aos estudantes oriundos das mais diversas classes sociais. Com efeito, a Universidade de Paris não nasce como uma realidade aristocrata, mas “popular”, pois acolhia, inclusive com sobejos privilégios – isenção de taxas, “bolsas de estudo” e até mesmo alojamento gratuito – filhos de camponeses e artesãos paupérrimos, que podiam assim completar os seus estudos. Vale a pena acompanhar a descrição que Reale dá a esta realidade, assaz inovadora:

O segundo efeito ou dado característico foi a abertura da universidade parisiense a mestres e estudantes provenientes de qualquer camada social. Embora posteriormente a universidade se tornasse aristocrática, na Idade Média ela era “popular”, no sentido de que também recebia estudantes pobres, filhos de camponeses e artesãos, que, por meio de alguns privilégios, como a isenção de taxas, bolsas de estudos e alojamento gratuito, conseguiam completar os rigorosos cursos de estudo.¹¹

E não é só. Depois do ingresso na universidade, desapareciam os abismos sociais que diferenciavam os estudantes fora dela. Desta feita, a política universitária começou a transformar, gradualmente, a própria *ordem social medieval*. Entre o *sacerdotium* e o *regnum*, acrescentava-se um terceiro poder, o *studium*. Através das universidades, a “nobreza” deixou de ser o privilégio de um segmento social específico e passou a ser uma conquista que, mediante a *cultura adquirida* nas universidades, podia ser alcançada por qualquer estudante:

Depois do ingresso na universidade, desapareciam as diferenças sociais entre os estudantes: os *goliardos* (clérigos pobres) e os *clérigos* constituíam mundo à parte, cuja “nobreza” não era mais representada pelo segmento de origem, mas pela *cultura adquirida*.

¹⁰ *Idem. Ibidem.* p. 357; GILSON. **A Filosofia na Idade Média.** p. 485.

¹¹ REALE, ANTISERI. *Op. Cit.* pp. 124 e 125.

Esse era o novo conceito de “nobreza”, ou, como se dizia então, de “gentileza”.¹²

Há mais. Outra característica que pode ser considerada renovadora e que adquiriu consistência na cultura universitária foi a consolidação de um *sodalício de mestres*, contubérnio formado por sacerdotes e leigos, designados pela Igreja para o ensino da *doutrina revelada*. De fato, até então o direito de ensinar a *sacra doctrina* era reservado à *hierarquia eclesiástica*. Doravante, com a abertura da universidade aos estudantes de todos os segmentos sociais, esta realidade foi cedendo lugar à outra, a saber, leigos que podiam ensinar: não só as *philosophicas disciplinas*, mas também a *sacra scientia*:

O primeiro constitui-se pelo surgimento de um *sodalício de mestres*, sacerdotes e leigos, ao qual a Igreja confiava a tarefa de ensinar a doutrina revelada. Trata-se de um fenômeno de grande alcance histórico, porque até então a doutrina oficial da Igreja era (e sempre tinha sido) confiada à hierarquia eclesiástica.¹³

Desta sorte, pode-se verificar que as universidades foram uma necessidade decorrente da própria caducidade das chamadas escolas urbanas, “episcopais” ou “palatinas”, que já não podiam atender ao grande afluxo de aspirantes ao conhecimento, que vinham de todos os lados. Portanto – ratificamos – a universidade nasce como uma “corporação” ou uma espécie de “sindicato” de alunos e professores, com o fito de aprenderem e ensinarem, e que passou, paulatinamente, a adquirir um *vínculo jurídico estável*, tornando-se, deste modo, uma instituição portadora de *direitos próprios*.¹⁴

Por fim, as universidades medievais não podem ser confundidas com outra realidade muito viva na época, a saber, o *studium*. O *studium* não era, em primeiro lugar, um recinto onde era ministrado o conhecimento. Era, antes de tudo, um *centro de estudos* onde os *estudantes* eram recebidos. Havia o *studium generale, universale* ou *commune*, que abrigava estudantes procedentes de diversas províncias; o *studium particulare*, que acolhia apenas estudantes oriundos de determinada província; e existia, finalmente, o *studium solemne*, mais celebrado, porquanto mais frequentado. Além disso, cumpre dizer que o “*Studium*” era uma

¹² *Idem. Op. Cit.* p. 125. (O parêntese é nosso).

¹³ REALE, ANTISERI. *Op. Cit.* p. 124.

¹⁴ BOEHNER, GILSON. **História da Filosofia Cristã**. p. 355; REALE, ANTISERI. *Op. Cit.* p. 123.

realidade muito ligada às *Ordens religiosas*¹⁵ e não gozava dos mesmos direitos de uma universidade.¹⁶

3.3.1.1. O processo de organização da Universidade de Paris

Paris, no século XIII, era chamada de “A Nova Atenas”. Alberto Magno a chamava de *Civitas Philosophorum* (*A Cidade dos Filósofos*). Para lá acorriam jovens do mundo inteiro, procurando inteirar-se do saber que de lá dimanava para todo o orbe conhecido. Os grandes mestres da cristandade habitavam em Paris, interagindo-se. Os reis da França acolhiam com alento todos estes provincianos e mestres estrangeiros, que vinham de todas as partes do reino e da Europa. Viam na presença deles um modo de aumentar a sua influência para além dos seus territórios e domínios.¹⁷ Ora, para garantir a paz e a liberdade destes estudantes, que procuravam instruir-se nas ciências,urgia que os reis da França, que viam – ratificamos – nesta afluência de franceses e provincianos de toda a Europa, uma atmosfera espiritual que lhes era favorável, lhes proporcionando segurança e organização.¹⁸ Aliás, os próprios estudantes e mestres foram, com o passar do tempo, ganhando consciência de que formavam uma unidade.

No entanto, foram os papas, em primeiro lugar, que consolidaram a constituição da Universidade de Paris, e foi sob o Pontificado de Inocêncio III que o *studium parisiense* recebeu o *status* de universidade. De resto, foram os sucessores de Inocêncio III – particularmente Gregório IX – que estabeleceram as diretrizes para a vida universitária. Desta maneira, conquanto a universidade pudesse ter nascido sem a intervenção de reis e papas, é

¹⁵ No século XIII nascem as *Ordens Mendicantes*. Entre elas estão os franciscanos e dominicanos. Estas *Ordens* começam, de forma gradativa, a ocupar as cátedras da Universidade de Paris. A princípio, houve fortes resistências por parte dos seculares, mas o processo se dá, de forma intermitente e com a anuência dos Papas, em três etapas: em 1220, quando o Papa Honório III confia várias cadeiras universitárias aos franciscanos e dominicanos; depois, em 1231, quando o Papa Gregório IX estabelece mais frades franciscanos e dominicanos na Universidade; finalmente, a partir do decreto de Alexandre IV, em 1257, é sancionado aos religiosos mendicantes o direito de estudar e ensinar na Universidade de Paris. Os mendicantes acabam tornando-se a solução mais profícua encontrada pelos Papas para combater as heresias na Universidade.

¹⁶ BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 356; GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 485.

¹⁷ BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 356; GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 484.

¹⁸ BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 356; GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 484.

simplesmente um fato que o nascimento da universidade de Paris se deu pelo consórcio destes fatores: o patrocínio dos reis e, principalmente, a anuência dos Papas.¹⁹

3.3.1.1.1. *As faculdades da Universidade de Paris do século XIII: o que ensinavam os medievais?*

No caso específico da *Universidade de Paris* do século XIII, podíamos encontrar nela quatro faculdades. A *faculdade de Teologia*, a de *Artes (Filosofia)*, a de *Direito (Decretais)* e a de *Medicina*.²⁰ Ora, os estudos em *Medicina* eram ainda muito pouco desenvolvidos na Universidade de Paris do século XIII e, por conta disso, tinham uma importância secundária na época. Na faculdade de *Direito*, os mestres ensinavam, a princípio, quase que exclusivamente o antigo *Direito Romano*, fundamento de uma *ordem civil autônoma* e dependente unicamente de si mesma. A bem da verdade, a maioria destes mestres tinha uma acentuada resistência à ideia de tornarem-se *canonistas*. No entanto, com o passar dos anos, por ingerência dos Papas, passou a ser estudado na *Faculdade de Direito* parisiense, tão somente o *Direito Canônico*, fundamento de uma sociedade religiosa e de toda sociedade civil que quisesse incorporar-se ou integrar-se a um organismo religioso.²¹

No entanto, a que se expandia mais rapidamente entre as faculdades era a de *Artes*, onde se estudava, no início do Século XIII, o *corpus lógico* de Aristóteles, já que o resto do *corpus aristotelicum*, até metade do século XIII, por razões análogas às da *Faculdade de Direito*, vinha sofrendo reiterados interditos dos Papas. De fato, isto se devia às suspeitas quanto às traduções árabes e a algumas teses duvidosas do próprio Aristóteles que pareciam não se coadunarem com a doutrina cristã.²²

Para se entender com correção a atitude cautelosa dos Papas em relação à recepção comedida que tiveram frente às obras de Aristóteles, deve-se levar em conta que, tanto para

¹⁹ BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 356; GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 484.

²⁰ BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 356.

²¹ GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 485. BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 357.

²² Sofreram as obras do Estagirita – *A Física, A Metafísica*, etc. – vários interditos. O primeiro, em 1210, pelo concílio provincial de Sens, reunido em Paris. Em 1215, Roberto Gourçon, legado papal, reiterou a proibição conciliar. O primeiro passo para a liberação da leitura das obras de Aristóteles, deu-se em 1231, quando Gregório IX incluiu o *De Anima* no currículo de ensino da Universidade, e declarou que a *Física* passaria por criterioso exame a fim de expurgar-lhe os erros. Sobre a complexa crise desencadeada pela recepção das obras de Aristóteles até a sua aceitação integral no currículo obrigatório de ensino, em 1255, Vide: VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002. pp. 31 a 38.

Inocência III quanto para Gregório IX, Paris era um ponto estratégico, posto que era o lugar de onde poderiam desencadear-se: não só a difusão das verdades cristãs por todas as partes do mundo, mas também toda sorte de erros. Diante disso, como poderia a autoridade eclesiástica permanecer neutra? Daí a razão de tanta cautela. Porém, a verdade é que nem sempre estas ingerências conseguiam interromper ou mesmo conter o processo de difusão de certas ideias. Foi assim com as doutrinas de Aristóteles, que continuaram a se propagar, inobstante os interditos papais.²³

É tempo de passarmos a falar da faculdade de Teologia. Nela, liam-se os principais livros da Bíblia e os quatro livros das *Sentenças de Pedro Lombardo*.²⁴ No entanto, entre outros fatores que iremos coligar, a influência das obras de Aristóteles modificará a forma de fazer teologia no século XIII. Com efeito, a Teologia no século XIII, com o começo do declínio do mundo feudal, o crescimento das cidades e o surgimento das primeiras sociedades urbanas, deixa de ser uma *teologia alegórica*, denominada por alguns historiadores de *teologia monástica*, porquanto cultivada nos mosteiros, e passa a ser uma *teologia urbana*, de caráter mais *dialético* e que obedece aos pressupostos da *teoria da ciência aristotélica*, que começa a se alastrar a despeito da precaução da hierarquia. A forma mais acabada desta *trasladação da teologia simbólica para teologia científica*, que é propriamente a *teologia escolástica*, está consignada nas *sumas*. A mais peculiar delas é a *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino.²⁵

3.3.1.1.1.1. A querela entre a faculdade de Artes e a faculdade de Teologia na Universidade de Paris do século XIII

Os *mestres em Artes*, desde a segunda metade do século XIII, já de posse de todo o *corpus aristotelicum*, traduzido diretamente do grego e com aprovação eclesiástica, começaram a ter pretensões maiores para a *Faculdade de Artes*. Queriam que ela deixasse de ser o que havia sido até então: uma faculdade de função essencialmente *propedêutica* para a Teologia. Queriam “autonomia” para as suas pesquisas, sem precisarem responder aos

²³ BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 357; GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 487.

²⁴ VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia I: Problemas de Fronteira*. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 22.

²⁵ *Idem. Ibidem*. p. 80.

teólogos. Isto aconteceu porque, enquanto na primeira metade do século XIII, os estudantes e mestres em artes dispunham apenas do *corpus lógico* de Aristóteles e, portanto, uma vez concluído o estudo deste, não tinham mais onde aplicá-lo senão na própria teologia, na segunda metade do século, diferentemente, eles já possuíam *A Física*, a *Metafísica*, a *Psicologia*, a *Ética* e, mais tarde, a *Política* do Estagirita, e assim podiam, doravante, aplicar livremente as leis da lógica aristotélica a estes novos campos do saber. Ora, diante disso, eles começaram a reclamar e a reivindicar uma maior liberdade para permanecerem no campo da Filosofia, sem, necessariamente, precisarem passar para a Teologia. Estava em crise o ideal cristão dos “*pie philosophantes*”. Lima Vaz chega a dizer que:

A partir de 1255, data em que nos novos estatutos da Faculdade de Artes da Universidade de Paris impõem a obrigatoriedade do *corpus aristotelicum* como texto didático, a Faculdade de Artes passa a ser uma Faculdade de Filosofia no sentido próprio. Ela começa a configurar, assim, um espaço autônomo da reflexão filosófica, que logo estará em confronto com a Faculdade de Teologia.²⁶

Como se não bastasse isso, o próprio *corpus aristotelicum* se prestava muito bem aos interesses desses contendores. De fato, até a primeira metade do século XIII, prevalecia uma filosofia de cunho mais neoplatônico, cujas referências diretas eram alguns textos de Agostinho, Dionísio e Boécio. Ora, a *filosofia neoplatônica* parecia não oferecer nenhuma resistência à *teologia agostiniana*, que era a predominante na época. Todo o contrário acontecia com o *sistema de mundo construído* por Aristóteles. Este, além de ser completo e poder dispensar o auxílio da teologia, era, o mais das vezes, acentuado por teses aparentemente contrárias aos dogmas cristãos. Na verdade, estamos diante, conforme salienta Lima Vaz:

(...) de um novo e completo sistema de explicação do mundo, do ser humano e de Deus, independente e autônomo com relação à teologia, ou seja, a filosofia, obra da razão natural. Diante do fato irrecusável dessa presença, a interrogação passa a ser assim enunciada: que filosofia é compatível com a teologia enquanto expressão intelectual da fé?²⁷

²⁶ VAZ. *Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade*. p. 42. BOEHNER, GILSON. *História da Filosofia Cristã*. p. 357; GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 486.

²⁷ VAZ. *Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade*. p. 43.

Neste estado de coisas, os espíritos se dividiam quanto às soluções a serem propostas. Alguns mestres da *faculdade de Artes* começam a ver com entusiasmo que “(...) renasce em seu seio a concepção antiga da filosofia como saber autônomo, justaposto senão contraposto à teologia”²⁸. Por outro lado, a nascente *escola franciscana* defende a continuidade do paradigma *philosophia ancilla theologiae*, “(...) concepção herdada da tradição patrística, e principalmente de Santo Agostinho, que aceita a filosofia apenas como saber subordinado à teologia e seu instrumento”²⁹. Por fim, um mestre dominicano daqueles idos, Tomás de Aquino, propõe *uma via intermediária*, que se coloca acima destes dois excessos. Eis como Lima Vaz apresenta da visão de Tomás:

A via intermediária é seguida por Tomás de Aquino. Ela é consequência do axioma teológico *gratia non tollit naturam sed perficit* e reconhece, de uma parte, a legitimidade do uso da razão argumentativa em teologia e, de outra, a autonomia do universo das razões filosóficas, que deve, porém, harmonizar-se com as razões da Fé, uma vez que se admita ser Deus a única fonte das duas ordens de verdade.³⁰

3.3.1.1.1.1. *Os paradigmas teológico-filosóficos vigentes nas faculdades de Artes e Teologia da Universidade de Paris no século XIII*

O seguinte compêndio apresenta, de forma condensada, os paradigmas teológico-filosóficos que vigoravam no século XIII.³¹

²⁸ *Idem. Ibidem.* p. 44.

²⁹ *Idem. Ibidem.*

³⁰ *Idem. Ibidem.* pp. 44 e 45.

³¹ Para uma consulta mais pormenorizada sobre o tema dos paradigmas, vide: *Idem. Ibidem.* pp. 39 a 53. Seguiremos de perto as páginas indicadas na nossa sucinta exposição dos paradigmas.

A. Paradigmas teológicos

A.1. Agostinismo

A doutrina de Santo Agostinho, mediante a *Suma Sententiarum* de Pedro Lombardo, prevaleceu sendo a principal fonte teológica da Idade Média. Porém, a assimilação desta autoridade não se deu da mesma forma entre os mestres medievais do século XIII. Antes de tudo, há um *agostinismo fundamental*, que é aceito por todas as escolas. Há, ademais, um *agostinismo crítico* como o de Tomás de Aquino; há, além disso, um “*neo-agostinismo*”, proveniente da *escola franciscana* e que encontrou a sua mais abalizada construção na pena de São Boaventura. Na verdade, o “neo-agostinismo” foi uma contundente reação, por parte de alguns teólogos franciscanos, contra certas teses ventiladas pelo “aristotelismo heterodoxo”. Neste sentido, pode-se dizer que o “neo-agostinismo” foi, de certa forma, “anti-aristotélico”.

A.2. Dionisismo

O *Dionisismo* teve influência decisiva na filosofia e teologia medievais. Os medievais acreditavam que o autor anônimo dos opúsculos *De Caelesti Hierarchia*, *De Ecclesiastica Hierarchia*, *De Divinis Nominibus* e *De Mystica Theologia*, que viveu no século VI, era o mesmo personagem convertido por São Paulo quando da sua pregação no Areópago de Atenas (At. 17,34). Suas obras ganharam várias traduções do grego e o seu *neoplatonismo cristão* influenciou muitíssimo o pensamento medieval, inclusive Alberto Magno e o próprio Tomás de Aquino.

B. Paradigmas filosóficos

B.1. Platonismo

Conquanto os medievais conhecessem, no século XIII, o *Mênon*, o *Fédon* – traduzidos pelo italiano Henrique Aristipo (1156) – e um fragmento do *Timeu* (17a-53c), traduzido pelo cristão neoplatônico Calcício, não foi através de nenhum destes textos de Platão que o filósofo grego compareceu à vida intelectual da Idade Média. O platonismo medieval, na verdade, é o *neoplatonismo* de Agostinho, Dionísio, Boécio e de algumas *fontes árabes*. A filosofia platônica permanece uma referência até a suspensão dos interditos às obras de Aristóteles, acontecida na segunda metade do século XIII. A partir de então, o platonismo vai perdendo progressivamente espaço na faculdade de Artes para o *corpus aristotelicum*, cujo estudo passaria a ser obrigatório.

B.2. Aristotelismo

Houve vários aristotelismos no século XIII. Antes de tudo, na primeira metade do século, vigora um *aristotelismo eclético*, oriundo de fontes neoplatônicas, por vezes de origem árabe; a partir da segunda metade do século, quando as principais obras de Aristóteles já se encontram traduzidas diretamente do original grego, temos grandes mestres procurando interpretá-lo a partir destes textos. É o caso de Alberto Magno e Tomás de Aquino. Contudo, há ainda alguns mestres da *Faculdade de Artes* que, além de estarem ávidos pelas traduções do original grego, estão também muito interessados na palavra daquele que consideravam o *Comentador* por excelência de Aristóteles: Averróis. Ora, este tipo de exegese do texto aristotélico, esposado por Averróis e seus sequazes, levava às últimas consequências a literalidade do texto do filósofo grego, pelo que foi chamado, pelos historiadores modernos, de “aristotelismo heterodoxo”, porquanto não se preocupava com a concordância ou não do texto de Aristóteles com a verdade cristã. De mais a mais, aquele Aristóteles neoplatônico da primeira metade do século prevalece ainda, deveras com nuances diversas, nas obras de

Alberto e Tomás e, sobretudo, nas dos “neo-agostinianos”, como o franciscano São Boaventura.

Consoante o que dissemos sobre a literatura filosófico-teológica do século XIII, mormente na sua segunda metade, passemos a analisar como eles apreendiam e ensinavam este cabedal de ideias e concepções.

3.3.1.1.2. *Ensino e formação nas faculdades de Artes e Teologia da Universidade de Paris no século XIII*³²

C. A lectio e a disputatio

Mas, de fato, como se articulava o ensino adotado nas universidades? Antes de qualquer coisa, havia a chamada *lição (lectio)*, que consistia na leitura de um texto, geralmente de uma perícopie de alguma obra de Aristóteles – para os *estudantes de artes* – ou de um fragmento das *Sentenças* ou da *Bíblia*, para os *estudantes de teologia*. Ora, a *lectio* tinha um procedimento peculiar: em primeiro lugar, ocorria uma *divisão de capítulos: partes principais e partes secundárias*; seguia-se a isso o que se chamava de *sententia*: destacava-se a *substância doutrinal dos textos*; depois, acontecia a *expositio litterae*: análise do texto *palavra por palavra*. Só então surgiam as primeiras *quaestiones* e, com elas, as *disputationes*. Estas questões giravam em torno de *grandes temas* que, no decorrer da *lectio*, não ficavam suficientemente elucidados.

Nas *disputationes*, havia espaço aberto para os prós e os contras. Nelas, quem propunha a questão a ser debatida era geralmente o mestre. Os *auditores*, por sua vez, eram os responsáveis por levantar as objeções e defendê-las. Por fim, o próprio mestre, mediante a *determinatio*, dava a solução e respondia às objeções sugeridas. As *disputationes* podiam ocorrer em dois níveis: *privada* e *pública*. A *disputatio privada* ocorria na presença do mestre e seus alunos, e a *disputatio pública* acontecia em presença de alunos e mestres de outras

³² As referências bibliográficas das quais nos valem: LIBERA. **A Filosofia Medieval**. pp. 21 a 30; BOEHNER, GILSON. **História da Filosofia Cristã**. pp. 358 a 360; GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. pp. 492 e 493; VAZ. **Escritos de Filosofia I: Problemas de Fronteira**. pp. 22 a 24; REALE, ANTISERI. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. pp. 126 e 127.

turmas. Vale mencionar ainda a existência das *quaestiones quodlibetales* – desdobramento das *quaestiones disputatae* tradicionais – que eram organizadas em torno de *temas livres*, levantados por qualquer *auditor*. Eram *disputationes* públicas e ocorriam ao menos duas vezes por ano: na Páscoa e no Natal.

Os *argumentos* usados nestas *disputationes* eram de dois tipos: o *argumentum ab auctoritate*, fundado na *Escritura* ou num *autor clássico*, e a *ratio*, argumento fundado na razão e que deveria obedecer, rigorosamente, à *lógica aristotélica*. Agora bem, foi através da difusão do *argumentum ab ratione* que a Idade Média começou a reconhecer, a partir do século XIII, a existência de *autores* vivos, epíteto até então reservado somente aos doutores já falecidos. Com efeito, o autor (*auctor*) era aquele que falava por si mesmo e, obedecendo tão somente às regras do pensamento, não recorria às autoridades senão enquanto elas poderiam confirmar as suas próprias teses. Gilson diz do autor: “(...) o autor (*auctor*), cujo objetivo principal é expor suas próprias idéias, só apelando para as idéias alheias a fim de confirmar as suas (...)”³³. Ora, o mesmo medievalista francês acena para o fato – até então inaudito – da existência de autores vivos no século XIII. Alberto de Colônia (1206/1207-1280), chamado Magno, era um deles. Por sê-lo, era, *ipso facto*, uma autoridade (*autorictas=auctor*). Os seus textos eram objeto da *lectio* e da *disputatio*:

Para os homens do século XIII, Alberto Magno é incontestavelmente um autor; por um privilégio reservado até então a alguns doutores ilustres e já mortos, é citado como uma “autoridade” (*autorictas=auctor*) e suas obras são lidas e comentadas em público nas escolas, ainda em sua vida.³⁴

³³ GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 627.

³⁴ *Idem. Ibidem*. Não é o caso de sequer esboçarmos as ideias de Alberto ou tampouco o seu sistema. Contudo, vale a pena frequentar algumas passagens de suas obras, a fim de constatar como ele se coloca criticamente frente às autoridades. Questiona a autoridade de Agostinho nas ciências naturais: ALBERTO MAGNO. **II Sent.** D 13, a 2. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000. p. 179: “Tome-se pois por princípio que, em questões de fé e de bons costumes, Agostinho deve ser preferido aos filósofos, caso haja idéias diferentes entre eles. Mas, em se tratando de medicina, tenho mais confiança em Galeno ou Hipócrates que em Agostinho; e se falar sobre ciências naturais, tomo em maior consideração a Aristóteles ou a outro especialista no assunto.” Questiona a própria autoridade de Aristóteles: ALBERTO MAGNO. **Física** 8, tr. 1, c. 14. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000. p. 180: “(...) A uma tal pessoa respondemos que quem acredita que Aristóteles foi um Deus, deve também crer que ele nunca errou. Se, porém, acredita que ele foi um homem, então sabe sem dúvida que ele podia errar tanto quanto nós.” Abaliza a experiência repetida diversas vezes como o melhor modo (*per modum authenticum*) de se proceder nas ciências da natureza: ALBERTO MAGNO. **Sobre os Animais**. 1, c. 19. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000. p. 178: “A experiência, através de repetidas observações, é a melhor mestra no estudo da natureza”. E ainda: ALBERTO MAGNO. **Sobre os Vegetais**. n. 1. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000. p. 178: “Só a experiência leva à certeza no estudo da natureza (...)”. ALBERTO MAGNO. **Sobre os Minerais**. 2, tr. 2, c. 1. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000. p. 178. “Compete à ciência natural não aceitar simplesmente o que foi narrado.

Vale lembrar que estas questões eram *anotadas* pelo mestre, ainda no decorrer da discussão, por vezes calorosa. Esta primeira anotação denominava-se *reportatio*. Todavia, o mestre ainda fazia uma *correção* (*correctio*) destas suas anotações. Tal correção era chamada de *redactio* ou *ordinatio*. Muitas *quaestiones disputatae* foram “publicadas” nesta forma. Os *comentários às Sentenças* nasceram assim e as *sumas* também obedeciam à mesma ordem, com a diferença de que estas se avantajavam de muito aos *comentários* pelo caráter pessoal da *síntese*. As *sumas* eram obras de um *auctor* e não mais de um mero *comentador*.

D. A formação nas Faculdades de Artes e Teologia da Universidade de Paris no século XIII

Pode-se ainda perguntar: como se formava um mestre numa universidade medieval? Como era o processo de formação? Atendo-nos às faculdades de Filosofia e Teologia,

Cabe-lhe, muito mais, a serviço da filosofia natural, buscar as causas das coisas naturais”. Por fim, relativiza a autoridade dos antigos em geral, submetendo-os ao crivo da razão: ALBERTO MAGNO. **Livro das Causas**. 1, tr. 1, c. 1. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000. p. 178. “Aceitamos dos antigos aquilo que eles afirmaram corretamente”. Critica a ingerência da Teologia nas ciências: ALBERTO MAGNO. **Sobre Lucas**. 1, 5. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000. p. 180: “A Teologia deve permanecer casta dentro dos limites da fé, a fim de não fornicar através de fantasias.” E ainda: ALBERTO MAGNO. **Sobre o Céu e o Mundo**. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000. p. 179: “Nas ciências naturais não nos cabe pesquisar como Deus criador, em sua libérrima vontade, utiliza-se de suas criaturas a fim de, através de um milagre, mostrar a sua potência. Cabe-nos, tão somente pesquisar o que pode ser feito naturalmente nas coisas naturais através de causas da própria natureza.” Seu mais ilustre aluno, Tomás de Aquino, não foi menos contundente. Em filosofia, Tomás dizia: TOMÁS DE AQUINO. **Comentário ao Tratado do Céu**. I, 22, 8. In: NASCIMENTO, Carlos Arthur R. de. **Santo Tomás de Aquino: O Boi Mudo da Sicília**. São Paulo: EDUSC, 1992. p. 50: “O estudo da filosofia não visa saber o que os homens pensaram, mas como se apresenta a verdade das coisas.” Sobre o uso das autoridades nas *disputationes*, reza o Aquinate: TOMÁS DE AQUINO. **Quodlibet**. IV, a. 3, n. 18. In: MARIE, Joseph Nicolas. **Introdução à Suma Teológica**. Trad. Henrique Lima Vaz et al. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 32: “Quando o debate é debate de escola, ‘magistral’, não para refutar um erro, mas para instruir os ouvintes e levá-los à compreensão da verdade que se ensina: é necessário apoiar-se em razões que procuram a *raiz da verdade*, que fazem saber *como é verdadeiro* o que é dito. Caso contrário, se o mestre determina uma questão por autoridades nuas, o ouvinte estará, por certo, assegurado de que a coisa é assim, mas nada adquirirá de ciência e de inteligência, e voltará vazio.” No que concerne às demonstrações que, nas *disputationes*, têm lugar na *determinatio*, coloca a simples citação de uma autoridade no mesmo nível de quem emite uma opinião : TOMÁS DE AQUINO. **Quodlibet**. III, 31, ad 1. In: MOURA, D. Odilão. **Introdução à Suma Contra os Gentios**. Porto Alegre: Sulina, 1990. p. 11: “Provar recorrendo a uma autoridade, não é provar demonstrativamente, mas pela fé opinar sobre uma coisa.” Assevera que, em filosofia, não importa quem diz, mas o que diz: TOMÁS DE AQUINO. **In. Trin.** 2, 3, ad 8. In: LAUAND, Luiz Jean. **Tomás de Aquino: Vida e Pensamento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 3: “Os argumentos filosóficos não são acolhidos pela autoridade de quem diz, mas pela validade do que se diz.” Por fim, diz Tomás: TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Trad. Aimom- Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola, 2001. I, 1, 8, ad 2: “(...) o argumento de autoridade fundado na razão humana é o mais fraco de todos.”

poderíamos apresentar a seguinte estrutura de funcionamento do ensino. Como acima havíamos dito, na faculdade de *Artes* eram lidas, a partir da segunda metade do século XIII, as obras de Aristóteles. Na faculdade de Teologia, liam-se os livros básicos da *Bíblia* e as *Sentenças* de Pedro Lombardo. Entrava-se na faculdade de *Artes* por volta dos 15 anos de idade e, para tornar-se *licenciado* ou *docente* em *Artes*, eram necessários cerca de dez anos de estudos e a idade mínima de 20/21 anos.

Nos dois primeiros anos, a atividade do aspirante resumia-se em ouvir as “lições” e as “disputas” referentes ao “*corpus lógico*” de Aristóteles e à gramática de Prisciano. Progressivamente, tornava-se o aspirante um oponente (*opponens*), isto é, podia opor-se a uma ideia durante a *disputatio*. Após dois anos, passava a ser um “respondente” (*respondens in disputationibus*), ou seja, poderia responder a uma objeção levantada na *disputatio*. No quarto ano, depois de passar por um exame ante três ou quatro mestres, era admitido para, na *disputatio*, poder “determinar” a questão, como fazia o próprio mestre. Esta “determinatio” acontecia, geralmente, no período quaresmal e sempre sob a presidência do mestre. Destarte, tornava-se um *bacharel em artes*. Tinha ainda a opção de tornar-se um *licenciado* em *Artes* ou, como se dizia, um *magister artium*. Para tanto, seriam necessários mais dois ou três anos. Nestes dois ou três anos, participaria o *bacharel* em várias *disputas* sobre temas ligados à *lógica aristotélica*; ademais, tornava-se *auditor* das *lições* e *disputas* concernentes ao resto do *corpus aristotelicum*. Findo este período, recebia a *licentia docendi* em *Artes* e tornava-se um *magister artium*. Desta feita, poderia ministrar *lições* e *disputas* que envolviam todo o *corpus aristotelicum*. E, se não se “passava” à faculdade de Teologia, esta atividade que, a princípio, deveria durar ao menos dois anos, poderia prosseguir por um tempo indefinido.

Para a *docência* em *Teologia*, deveria o aluno ser *filho legítimo*, ter o *mestrado em Artes* e ser *aceito por um mestre*, a cujas aulas passaria a frequentar assiduamente. Eram *quinze anos* de estudos e três bacharelados para poder obter a licenciatura: “bacharel bíblico”, “bacharel sentenciário” e “bacharel formado”. Os *sete primeiros anos* consistiam simplesmente na “audição” das *lições* e *disputas* ministradas: ou pelos *mestres* ou por um *bacharel*. Para ser “bacharel bíblico” (*baccalaureus biblicus*), o aspirante explicava, durante dois anos, alguns livros da Bíblia e disputava sobre temas relativos também à Bíblia, tudo sob a assistência do mestre. Para obter o título de “bacharel sentenciário” (*baccalaureus sentenciaris*), explicava e disputava, durante dois anos, os quatro *Livros das Sentenças* de Pedro Lombardo, também assistido pelo mestre. Como “bacharel formado” (*baccalaureus formatus*), deveria passar ainda quatro anos como partícipe de todos os atos escolares da universidade: as *lições* e as mais diversas formas de *disputas*. Só então recebia a *licentia*

docendi e se tornava um *magister in sacra pagina* – no século XIII, *magister in theologia*. O mestre em Teologia só poderia começar a ensinar Teologia com 34/35 anos completos.

Ao fim deste trabalho, devemos reconhecer que ficamos longe de uma obra de fôlego. Seria de todo necessário, num texto de maior alento, abordar com descortino e denodo: o nascimento das Ordens Mendicantes, as fontes árabes e judias e o trabalho de tradutores como Guilherme de Moerbeke, que verteu, diretamente do grego, boa parte do *corpus aristotelicum*.

Passemos às considerações finais, capitulando os principais movimentos do texto.

4. Conclusão

Para os historiadores da educação medieval, esta deve ser entendida como a história da libertação do *pensamento filosófico* em relação aos dados da *tradição*. Da *glosa* ao *comentário*; dos *Comentários* às *Sumas*; dos simples *escribas* aos *compiladores*; dos *compiladores* aos *comentaristas* e destes aos *autores*; das *escolas monacais* às *episcopais* e *palatinas* e, destas últimas, aos *studia*, que deram origem às *universidades*; da *lectio* à *disputatio*; da *autorictas* à *ratio*; da *crítica* de Alberto às *auctoritates* nas *ciências da natureza* à crítica de Tomás às *auctoritates* em *filosofia* e no *ensino* dela, a ponto de Gilson dizer que, “Se tivesse querido, santo Tomás teria podido escrever uma metafísica, uma cosmologia, uma psicologia e uma moral concebidas de acordo com um plano estritamente filosófico (...)”³⁵; enfim, tudo isto aponta para uma progressiva emancipação da *razão* em relação às *autoridades*, que irá desembocar na decadência da *Escolástica*, que não estava preparada para a recepção deste novo mundo, e na crise do *Renascimento*, que não foi senão as dores do parto do *mundo moderno*. Gilson chega a dizer que:

Se a característica do pensamento moderno é a distinção entre o que é demonstrável e o que não é, foi de fato no século XIII que a filosofia moderna foi fundada, e é com Alberto Magno que, limitando a si mesma, ela toma consciência de seu valor e de seus direitos.³⁶

³⁵ GILSON. *A Filosofia na Idade Média*. p. 657.

³⁶ *Idem. Ibidem*. 631.

Com respeito à formação universitária parisiense do século XIII, De Libera sintetiza de modo tão feliz o seu espírito que, ao final deste texto, só nos resta ceder a palavra a ele:

A carreira universitária é longa, compreendendo muito tempo de formação: para um *cursus* completo levando das artes até a teologia, estudos e ensinamentos sucedem-se, entrelaçam-se durante mais de vinte anos. O estudante que ingressa nas Artes é ainda uma criança; é homem feito quando alcança o mestrado em Teologia. No intervalo, terá praticado todas as atividades universitárias, passando constantemente da posição de aluno à de professor.³⁷

Feita de leitura e de disputas, a formação do mestre é contínua, homogênea e agonística. O pensamento tem dimensão social dialógica. Seja mestre ou estudante, o “artista” ou o “teólogo” está essencialmente diante de outros homens, preso como eles a uma rede complexa de prestações e de contra-prestações reguladas por usos fixados pelos estatutos. O ritual acadêmico faz parte da vida no espírito. É seu alimento e sua estrutura. O “intelectual” dos séculos XIII e XIV pensa como vive: dedicado aos textos, é sempre um homem de palavras e, como o diz o anônimo parisiense dos anos 1230, de disciplina *scolarium*, falsamente atribuído a Boécio: “Mestre, ele nunca se esquece de que foi estudante”.³⁸

Esperamos ter feito um trabalho acurado, certos de que, por maior desvelo e probidade que pudéssemos dispensar ao concurso deste trabalho, num consórcio com tema tão complexo, é quase inevitável certa incúria.

³⁷ LIBERA, Alain De. **A Filosofia Medieval**. 2ª ed. Trad. Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. Rev. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2004. pp. 373 e 374.

³⁸ *Idem. Ibidem*. pp. 375 e 376.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

ALBERTO MAGNO. **Física**. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

_____. **Livro das Causas**. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

_____. **Sobre os Animais**. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

_____. **Sobre o Céu e o Mundo**. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

_____. **Sobre Lucas**. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

_____. **Sobre os Minerais**. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

_____. **Sobre os Vegetais**. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Filosofia Medieval: Textos**. Porto Alegre: EDIPURS, 2000.

TOMÁS DE AQUINO. **Comentário ao Tratado do Céu**. In: NASCIMENTO, Carlos Arthur R. de. **O Boi Mudo da Sicília**. São Paulo: EDUSC, 1992.

_____. **In. Trin**. In: LAUAND, Luiz Jean. **Tomás de Aquino: Vida e Pensamento**. In: TOMÁS DE AQUINO. **Verdade e Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Quodlibet**. In: MOURA, D. Odilão. **Introdução à Suma Contra os Gentios**. Porto Alegre: Sulina, 1990.

_____. **Quodlibet**. In: MARIE, Joseph Nicolas. **Introdução À Suma Teológica**. Trad. Henrique Lima Vaz et al. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. **Suma Teológica**. Trad. Aimom- Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola, 2001.

Bibliografia:

BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História Da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Rio de Janeiro: VOZES, 2000.

LIBERA, Alain De. **A Filosofia Medieval**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **A Filosofia Medieval**. 2ª ed. Trad. Nicolás Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. Rev. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2004.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. Disponível em: <<http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/sine>> Acesso em: 09/05/2010.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. 2ª ed. Trad. Ivo Storniolo. Rev. Zolferino Tonon. São Paulo: Paulus, 2004.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia I: Problemas de Fronteira**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade**. São Paulo: Loyola, 2002.